

Eugênio Trivinho

Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo – PUC-SP

ORCID:

<https://orcid.org/0000-0001-8764-3700>

Email:

eugeniotrivinho@uol.com.br

Lógica Dromocrática do Êxtase Paranoico¹: Estratégia neofascista, comunismo imaginário e estado de exceção no Brasil

*Dromocratic Logic of the Paranoid Ecstasy:
Neo-fascist strategy, imaginary communism and
state of exception in Brazil*



Este trabalho está licenciado sob uma
licença [Creative Commons Attribution
4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou reprodução

ISSN: 2175-8689

TRIVINHO, E. Lógica dromocrática do êxtase paranoico: estratégias neofacistas, comunismo imaginário e Estado de exceção no Brasil. **Revista Eco-Pós**, v. 25, n.1, p. 361 - 385, ano. DOI: 10.29146/ecops.v25i1.27727.

¹ Versão completa e reelaborada do texto publicado no *site* da Revista Cult, em 08/04/2021, com o título “Lógica Política do Êxtase Paranoico”. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/logica-politica-do-extase-paranoico>.

RESUMO

O artigo aborda o delírio político do comunismo imaginário como estratégia neofascista no Brasil. Resultado de investigação engajada, o texto caracteriza, com argumentação politizada, esse êxtase paranoico típico da necropolítica bolsonarista, desde seu lastro histórico até sua autoblindagem plutocrática e aporofóbica, com apropriação das massas pobres como jazida legitimatória. Tais aspectos ambientam a apreensão da lógica dromocrática em jogo – da mimese perversa da estratégia occupy à política do golpe permanente, a partir da colonização neoliberal do Estado para arruiná-lo a partir de dentro, mediante privatizações indiscriminadas e desmantelamento de políticas públicas de redução de danos sociais. O arco desse traçado, que implica a função estrutural das fake news, revela a incompetência ostensiva da necropolítica bolsonarista como forma mediático-dissuasiva de governança, à sombra paradoxal de uma dromocracia extática, fundada numa velocidade clandestina e destrutiva. O artigo conclui que, no estirão da guerra cultural em curso, o delírio paranoico do comunismo imaginário corresponde a um estado de emergência que torna a população refém de um estado de exceção generalizado, necessário à perpetuação do bolsonarismo no aparelho de Estado.

PALAVRAS-CHAVE: *Lógica dromocrática; Êxtase paranoico; Comunismo imaginário; Estado de exceção.*

ABSTRACT

The article approaches the political delirium of imaginary communism as a neo-fascist strategy in Brazil. As a result of a politically committed reflection, the text characterizes this kind of typical paranoid ecstasy of Bolsonarism's necro-politics, from its historical ballast to its plutocratic self-armoring, based on the appropriation of poor masses as a legitimation source. These aspects allow the apprehension of the dromocratic logic at stake – from the perverse mimesis of the *occupy* strategy to the policy of the permanent coup, through the neo-liberal colonization of the State in order to ruin it from within, with indiscriminate privatizations and dismantlement of public policies of social harm reduction. The arch of this focus, which implies the structural function of fake news, reveals the Bolsonarist necro-politics' ostensive incompetence as a mediatic-dissuasive form of governance, under the paradoxical shadow of a static dromocracy, with a clandestine and destructive velocity. The study concludes that the paranoid delirium of the imaginary communism corresponds, in the cultural war in progress, to a state of emergency that holds the population hostage of a generalized state of exception necessary to perpetuate the Bolsonarism in the State apparatus.

KEYWORDS: *Dromocratic logic; Paranoid ecstasy; Imaginary communism; State of exception.*

Submetido em 18 de junho de 2021

Aceito em 04 de agosto de 2021

... car je n'ignore pas combien la Folie est mal famée, même
auprès des plus fous...²

ÉRASME DE ROTTERDAM,
Éloge da la folie, 1511 (1876)

– Mire vuestra merced – respondió Sancho –
que aquellos que allí se parecen no son gigantes,
sino molinos de viento, y lo que en ellos parecen brazos
son las aspas, que, volteadas del viento,
hacen andar la piedra del molino.³

CERVANTES
Don Quijote de la Mancha, 1605 (2004)

Preâmbulo

² Tradução: ... pois eu não ignoro o quanto a Loucura tem má fama, mesmo entre os mais loucos... [tradução nossa].

³ Tradução: Olhe Vossa Mercê – respondeu Sancho – que aqueles lá não são gigantes, mas moinhos de vento, e o que neles parecem braços são as pás, que, giradas pelo vento, fazem as mós trabalharem [tradução nossa].

Quem tenha se dado o estômago de acompanhar, entre várias narrativas, o discurso unificado dos grupos de extrema direita no Brasil, nas redes sociais e em outros foros de manifestação, certamente não deixou de concluir que o país vive refém de um delírio político – patogênico, por assim dizer –, de consequências imprevisíveis para as próximas décadas. Como tudo o que ocorre no terreno da moral política tem estofo lento, não é improvável que as reverberações da situação se projetem século adentro.

Esse delírio, expresso na linha que se estende das Forças Armadas, da Justiça e dos Parlamentos às ruas e redes sociais, e vice-versa, gira em torno do “avanço” do que se pode chamar de “comunismo imaginário”. Trata-se de uma decrepitude voluntária significativa, que não deixa de aquinhoar a rusticidade. Ela se insere no arco da guerra cultural em curso, desencadeada há, pelo menos, duas décadas pela extrema direita no país (Trivinho, 2020).

1. Delírio Político do Comunismo Imaginário

1.1. Lastro Histórico e Factual

A questão encerra importante chave de leitura, tanto para esclarecimento de fatos recentes, quanto para cobertura histórica mais remota. Ambos os focos iluminam tendências políticas correntes no país.

O desvario do comunismo imaginário levou grupos extremistas (civis e militares) a disputar as eleições de 2018 com candidatura própria, a sabotar o processo com decisões judiciais (de primeira à última instância), a tumultuar a disputa com *fake news* seriais como instrumentos de desidratação de reputações alheias e, por fim – sufragados no caudal de mentiras e factoides –, a ocupar o aparelho de Estado.

O golpe parlamentar de 2016, efetivado para que a rede de corrupção graúda não fosse pilhada e judicializada, concedeu fermento dourado para o engrossamento desse delírio. Hoje, sabe-se que uma das perversidades politizadas foi desferida para impedir que o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF), então deixados relativamente livres pelo governo de centro-esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT) para cumprir funções denunciatórias e investigativas (vinculadas ou não à Operação Lava Jato), alcançassem andares superiores de partidos políticos e administrações conservadores e desbaratassem a

promiscuidade bilionária destes com o empresariado monopolizador da privatização do Estado brasileiro.

Quando traquinas assaltantes, com mãos no erário, veem-se arruináveis por alguma engrenagem discrepante, raramente dispensam não controlá-la. Ao se apossarem da máquina do Estado, movem quarteiros de arranjos – e, agora, armamentos – para seguirem ilesos, não sem orgulho ilibado e sorriso cínico impune.

Tal escudo reativo se alinha a conhecido preceito de manutenção do poder: quando recônditos do desasseio e da velhacaria estão para ser expostos à luz, recomenda-se alçar ao cargo mais decisivo um fantoche comprometido com a iniquidade ou alguém com temores iguais de ser levado a cárcere. O agraciado pelo artifício de representatividade fará tudo para livrar a própria pele, salvando, de roldão, a alcateia inteira.

O recente desmantelamento da Lava Jato, pela Procuradoria-Geral da República (PGR) – alinhada da administração federal –, embora empanado em patética ambiguidade de significados e efeitos, não deixa, de certo modo, de coroar essa blindagem, para impedir qualquer ameaça suplementar a agentes políticos e empresariais do campo de centro-direita. A desmontagem do brinquedo jurídico de procuradores politicamente conservadores ocorre depois de a Lava Jato ter realizado o trabalho de *lawfare* previsto (Martins, Martins & Valim, 2019; Trivinho, 2020) – a perseguição seletiva e majoritária a representantes de visão política comprometida com as condições gerais de vida e com os direitos sociais de milhões de trabalhadores e segregados pelo desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro: um trabalho sistemático de imposição de morte simbólica e ostracismo a defensores da função social do Estado na formulação e implementação nacional de políticas de minoração de riscos e reparação de danos, através da exploração dos limites possíveis do potencial de inclusão da democracia no capitalismo. Os fatos, quando não atropelados pela ordem forçosa do discurso, rechaçam escamoteação: nada depõe, como inverídico, que o projeto político da Lava Jato cumpriu seu objetivo – violentou a Constituição Federal de 1988 (CF), o Código de Processo Penal (CPP) e o decoro dos cargos envolvidos, em favor do sufrágio da extrema direita em 2018 – e, por isso, pode ser dissolvido.

O Partido dos Trabalhadores (PT), o mais robusto, extenso e bem-sucedido projeto político contraconservador da América Latina, na direção de um Estado de bem-estar social com Polícia Federal e Ministério Público Federal independentes, realizando trabalho doesse a quem se achasse sob impunidade, foi, não por acaso, o bode expiatório progressista escolhido pela horda de extrema direita e pela mentalidade ultraconservadora para a cola ocasional da pecha de corrupção, como se esta fosse mal inédito no Brasil e não praxe originária e constitutiva do próprio país. Em especial, a corrupção pós-colonial do asséptico cinturão de diplomas engravatados, quando equivale a uma oxidação antirrepublicana, engendra, no aproveitamento máximo dos limites institucionais e legais, o mesmo efeito de falcatruas e barganhas a dinheiro vivo, em bastidores inconfessos – por exemplo, o dreno sorrateiro, via dígitos bancários, de montantes milionários das aposentadorias e pensões, da saúde de pessoas idosas e com deficiência, da merenda escolar de crianças, e da área da educação, ciência e tecnologia para contas de partidos políticos e grupos particulares.

O antipetismo corrente, engrossado anos antes do processo eleitoral de 2018, tem, no fundo, menos a ver com o combate moralista-conservador à corrupção (só aparentemente inimiga da *ordem* e do *progresso*) do que com o avanço do tal comunismo imaginário. A cantilena da corrupção é sempre um álibi narrativo de entremeio para *pegar* o que consideram mais importante na outra ponta.

1.2. Segmentações Sociais de Esteio

O delírio do comunismo imaginário é cativo de vários segmentos sociais: (a) do histórico positivismo (essencialmente antiliberal e conservantista) inserido no processo educacional do quadro guerreiro e administrativo das Forças Armadas; (b) da quase totalidade das classes proprietárias graúdas e de grandes fortunas e heranças, como fantasia de autodefesa contra a iminência de desapropriação estatal, propalada por *fake news* aterrorizantes, de direita; (c) dos *media* corporativos tradicionais e seu aparato publicitário, que operam, em pacote conjunto e circular (de forma involuntária e não concatenada) como embrulho simbólico e imagético dos interesses de privilégio que sempre expandiram a miséria e a pobreza – as mesmas que, por

seu turno, são objeto do noticiário diuturno –; (d) do sistema financeiro aparentemente acéfalo, hipersensível em sua movimentação de capitais ao menor aceno de fala ou gesto que confronte sua preservação; (e) de lideranças neopentecostais e evangélicas reacionárias, politizando, com fundamentalismo, a letra de livros sagrados e atribuindo, nas entrelinhas, potestades de inferno a todos os que não se harmonizam com o mesmo procedimento e/ou se opõem aos rumos federais; e (f) de amplos estratos da população civil em geral (economicamente favorecidos ou não), imersos em vida cotidiana de trabalho e lazer sob a velada cela do moralismo conservador – entre outros segmentos de entremeio.

O arco se completa com a plebe de arrastão e apoio, com destaque *in caso* para uma parcela significativa da estigmatizada *ralé*, impressionantemente convencida da tal ideologia, sem qualquer questionamento.

A bufonaria de extrema direita se tornou representante utilitária desses segmentos. A partir da década passada, ela se espalhou rapidamente e com força nas plataformas de redes sociais, modelos de negócio privatizadores do espaço público *online* com responsabilidade megaempresarial direta pelo alastramento do sinistro político hoje vivido pelo país.

Todos os segmentos trabalham para a reprodução da mesma causa. O comunismo imaginário é o repasto simbólico preferido da mentalidade (ultra)conservadora.

1.3. Função Estratégica das *Fake News*

Mais recentemente, o delírio do comunismo imaginário foi transposto, como construção narrativa, para o tecido simbólico de *fake news* em espiral. Num Brasil historicamente conservador e imerso no processo eleitoral de 2018, esse reescalonamento estratégico serviu como robusto instrumento para a extrema direita “tomar de assalto” a estrutura dinâmica da disputa política através do indevido dedo da Justiça (do primeiro ao último andar) e, depois disso, o próprio aparelho de Estado, para militarizá-lo em todos os escalões. Foi a única e derradeira alternativa que restou às agremiações de direita. No dorso confortável do extremismo (que, no fundo, cumpre o jogo da casa), a saída impediu a pilhagem e a

judicialização de quem madorna dívidas criminosas no cartório, contraídas sem culpa, no bigode consuetudinário da impunidade.

A angústia do delírio espelha a paúra da mentira: precisa ser diuturnamente reconfirmada para se naturalizar e desaparecer – antes de tudo, aos olhos dos próprios perturbados ou mentirosos. *Fake news* de anos anteriores se requeentam em grupos de extrema direita. As distorções em *memes, stickers, gifs, tweets, comments* etc. estão na boca ultrajante do hóspede do Palácio do Planalto. São historietas de diabrura, sempre reles: depreciam quem as enxovalham quem as apoia e aviltam quem as repassa.

1.4. Bolsonarismo como *Delirium Tremens*

Necrose Retrô da Visão Geopolítica

Do ponto de vista histórico, o bolsonarismo militar e civil é, no plano político, uma espécie de *delirium tremens* severo do anticomunismo desesperado. O antipetismo mais recente, requeentado na má-fé mediática, judiciária e policial como arranjo persecutório, é apenas a casca desse espasmo simbólico-obsessivo. A alucinação política exponencial da realidade, na espiral *fake* de produção sígnica, expressa e compensa a ausência da própria realidade. Não por outro motivo, durante o *delirium tremens*, a realidade remonta, como ideia fixa trivial, aos escombros, ainda considerados “ativos”, do período mundial de 1917 a 1959 *et seq.*

No caudal do fetichismo retrô, o radar geopolítico do comunismo imaginário alça chapéu bambo – espada explícita à mão direita – a países (perigosíssimos!) como: China, Rússia, Cuba, Venezuela e até a Coreia do Norte, entre outros – mais ou menos, nesta ordem.

A expressão dessa lógica em datas verde-amarelas encontra poucos marcos de incerteza: trata-se de um imaginário político necrosado na temporalidade da ditadura militar, especialmente em seu pico de chumbo, de 1968 a 1975. Do ápice da montanha executiva e como se olhando para súditos, o macabro Ato Institucional nº 5, fincado na cantilena dos “interesses do povo ordeiro” para preservar o progresso da “financeirização” do *status quo*, crispou, de vez, os caninos contra as liberdades civis e legalizou a perseguição generalizada contra todo e qualquer contradito.

Ao que parece, a crueldade institucional de certas experiências políticas deixa sequelas de carência permanentes. O *delirium tremens* do bolsonarismo pulsa morte em retroação e para a frente: representa, à força de um imaginário descalibrado no calendário, a restauração da demência plúmbea dos porões.

O ciclo temporal completo entrega higidez: em sua exasperação autodefensiva, enquanto a necrose fetichista do *delirium tremens* abusa do semisséculo 1917-1959, o desejo político horrendo é o do AI-5. A meta não tem pruridos no insulto: o desvario bolsonarista é a destilação utópica das masmorras. A requintada beleza da flora brasileira lastima seu subsolo regressivo e represado: o odiento ideal do ego horrendo é o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) como diagrama exemplar de ameaça pública regradora e, por isso, modelo rematado de governança pelo medo.

Independentemente dos andores sociotecnológicos e dialéticos do mundo atual, todos os ingredientes empíricos do mencionado ciclo demonstram, por diversos ângulos, o quanto o delírio do comunismo imaginário constitui uma reinvenção desbotada e repulsiva do fascismo.

No âmbito da vida civil, a simulação militarizada e miliciana da realidade no deserto do real [para usar uma locução cara a Žižek (2003), na descendência invisível de Baudrillard (1976, 1981, 1983)] é tão periclitante e desabrida quanto a realidade como rascunho vivo. O factóide, como narrativa, visa sobredeterminar, com sabotagem sonogada e ao seu favor, a suposta gramática dos fatos aleatórios. O arco da estocada abrange as eleições de 2022 e – que não haja ilusões – as subsequentes.

1.5. Paranoia do Poder e Defasagem Cronoperceptiva

Transbordam motivos para essa tremedeira recôndita – para todos os efeitos, inexistente –, compensada com aparência de força, orgulho e determinação. Abundam razões para o êxtase da desconfiança espalhada. O motor se subordina ao mesmo eixo articulatório: do ponto de vista político da preservação da economia e da moralidade dos dias, os acometidos – de pessoas a grupos extensos – são cativos da paranoia. Esse afresco pós-moderno, que até empresas e instituições emolduram com verba clandestina, remete à exaustiva reflexão feita

por Canetti (1995) sobre o desatino solitário do detentor do poder: ameaçado por todos os arredores iminentes em sua fantasia de autoproteção, o infeliz privilegiado é levado, de forma irresistível, a adotar os cuidados e procedimentos mais zelosos, mais obsessivos, “reais” apenas para ele.

Essa supuração do *percepto* ideológico beneficia a apreensão do comunismo imaginário como malignidade – dupla *per se*: interna e externa ao território nacional, além de majoritária e expansiva –, “algo” preocupante demais para não gerar paranoia específica. (Uma comparação simples flagra o absurdo em bemol coalhado e fora de compasso: a pobreza, a miséria e a segregação não causam qualquer horror, não são malignas, não ameaçam ninguém, não valem para ser, elas sim, exterminadas. A ideia fixa no alvo alucinatório referenda a escabrosidade como tradição sem problemas. A permissividade antiética coroa a hediondez instrumentalizada para reprodução histórica de distinções de estirpe econômica e social).

Essa distorção sociopatológica tem predileção pelo atraso cronoperceptivo– uma discrepância psicotemporal em relação aos dias correntes, independentemente de a vida, junto com as cidades e suas utopias tecnológicas, ter avançado para o século XXI. O obtuso cultivo de defasagens temporais, na forma de uma mentalidade sociopolítica parasitada em períodos idos, mantém a perturbação atada a prismas interpretativos incongruentes e com validade expirada.

Evidentemente, a paranoia acaba por trombar com a veracidade histórica. *Data maxima venia*, a referência mais viva e concreta – com pés no solo, como marco gritante – é a de que o Brasil, em matéria de regime político, nunca ultrapassou os limites puídos de uma social-democracia cambaleante, negociada a duras penas com diminutos tigres e camaleões de comarca, alocados na camarilha neoliberal-conservadora (do tal “centrão”, por exemplo) e arvorados a proprietários vitalícios do mundo. Em outras tintas, o liberalismo acanhado das classes médias e o reacionarismo temerário das elites superabastadas autorregulam as beiras da experiência institucional possível, particularmente no que tange ao exercício do poder executivo, via aparelho de Estado.

1.6. Da Gana da Farsa à Tragédia da Rusticidade

Um segmento bastante minoritário da esquerda política brasileira pode, por certo, enquadrar-se voluntariamente no antiquismo histórico de todas as coisas, de que falava Anders (1994, 1995). A fidelidade ortodoxa irrefletida atenta contra a própria dialética que deveria fundamentá-la e implodi-la justamente para renová-la com fidelidade. Ao mesmo tempo, a dialética truncada engeguece para o universo das próprias premissas em jogo e para os horizontes da ação política, num universo multicapitalista tecnologicamente transformado. Não obstante, a direita e a extrema direita, ciosas dos privilégios pós-coloniais eventualmente perdíveis (caso deixe de bem vigiá-los e de agir em prol deles), operam, em sua encenação obsediante, façanha totalmente distinta ao atropelarem o sinal vermelho da exigência de chumbagem a fatos básicos coletivamente compartilhados – como se, sem o saberem, forçassem, na *mimesis* alienada, um vão enquadramento na pintura ambígua de Jean-Baptiste Poquelin, universal Molière (2016), sobre a patologia imaginária. A diferença essencial entre a encenação bolsonarista na história e o estratagema magistral da peça do teatrólogo francês embaralha até mesmo a famosa sequência dos fatos sugerida por Marx (1976): na insânia estratégica da extrema direita, a gana engenhosa da farsa como acontecimento cede, de certa forma, à tragédia postiça da rusticidade como esteio repetitivo para a truculência.

A propósito dessas comparações (essencialmente delicadas) – e como já foi codificado com expertise pragmática irreparável, em linha involuntariamente conforme a Castoriadis (1982) –, direita e esquerda são, elas mesmas, marcos imaginários – “paraísos artificiais da política”, para emprestar uma escultura linguística de Baudrillard (1978), em emenda precisa à de Baudelaire (2007) sobre as volúpias do ópio e do haxixe. Entretanto, a sabedoria dos dias íngremes, esfaqueada pelo flagelo da fome, do analfabetismo e da morte de milhões de brasileiros, sabe muito bem o que é a direita e, mais recentemente, a extrema direita – e quem são seus mentores e mandantes, seus bufões e eminências pálidas.

1.7. Autoblindagem do Delírio Político

O atropelamento do sinal vermelho pelo desatino explicita um núcleo procedimental irreduzível e inegociável.

Os delirantes gestam e blindam suas miragens para melhor gravitar por dentro e em torno delas. O fato não escapou à tese de doutorado do jovem Lacan (1985), no rastro de pesquisas alemãs e francesas sobre a paranoia, encarada do ponto de vista não necessariamente clínico. Citando Kraepelin, que elogia, reproduz: [a paranoia é um]:

desenvolvimento insidioso, sob dependência de causas internas e de acordo com uma evolução contínua, de um sistema delirante duradouro e impossível de abalar, e que se estabelece com preservação completa da clareza e ordem no pensamento, na vontade e na ação (Lacan, 1985, p. 23; tradução nossa).¹⁴

E, mais adiante, abraçando Lehrbuch, desdobra: o delírio é “intelectualmente elaborado, coerente numa unidade, sem contradições internas grosseiras” (Lacan, 1985, p. 27; tradução nossa)⁵.

Num ou outro caso, os paranoicos consideram que qualquer colocação a nu de sua operação delirante se enquadra, ela sim, na classificação como delírio, com condimentos persecutórios... Longe de mero jogo de palavras, a injunção retórica é, além de conhecida, elementar. No campo da disputa intestina de espaços e poderes na *polis*, o delírio não escamoteia sua natureza plana: *mutatis mutandis*, o delírio político se protege (e acha que desaparece) xingando a diversidade e a contradição do que ele denega ante o próprio espelho. Aliás, desde os pressupostos, o delírio político sempre se antecipa: estigmatiza o que o revela, disseca e rechaça como não tendo pé em “realidade” alguma.

Mimetizando operações no âmbito pessoal, o delírio político – que, na conta final, não arrasta senão indivíduos...– erige sua própria atmosfera ideológica absoluta, conferindo a ela ares de manancial infinito. A obtusidade dogmática o faz autolaudatório. Seu invisível drama autista determina-o a buscar a si com exclusividade, sem chances a elementos exógenos que escapem à sua “coesão” e/ou não a confirmem.

Para expressá-lo com Baudrillard (1976, 1983), o delírio político “hiperrealiza” a sua própria quimera, permitindo-lhe comparecer como mais real que o próprio real. A horda segue,

⁴ No original espanhol: "desarrollo insidioso, bajo la dependencia de causas internas y según una evolución continua, de un sistema delirante duradero e (sic) imposible de sacudir, y que se instaura com una conservación completa de la claridade y del orden en el pensamiento, el querer y la acción".

⁵ No original espanhol: “elaborado intelectualmente, coerente en una unidad, sin groseras contradicciones internas”.

assim, convicta do ideário (nada *fake*, portanto), para convencer outros à adesão e, juntos, combater o inimigo negador de sua insanidade, então assumida como verdade sem abalo. A operação não foge ao prosaico: trata-se da caracterologia e da vocação do fundamentalismo proselitista, letal para quem dele difere.

Em particular, os delirantes atuais de extrema direita no Brasil, cujo perfil remonta, com poções de patuscada, à esquecida Ação Integralista da década de 1930, consideram um equívoco impatriótico não se preocupar com coisas tão sérias e patentes como o comunismo imaginário: devemos – tonitruam aos quadrantes – nos armar até os dentes, porque a ameaça é “real”, diária e interna. A observação sóbria cedo cataloga esse discurso como cantilena normativa e justificatória, de sobrevivência, para validar e fortalecer os próprios horizontes.

2. Dromocracia Extática, Velocidade Clandestina e Neofascismo

2.1. A Contra-Apropriação da Estratégia *Occupy*

Aparência Extática como Engodo Dissuasivo

Poder-se-ia conjecturar que a extrema direita incrustou-se no aparelho de Estado apenas para impedir, com arroubo de moucos, o avanço do comunismo imaginário e/ou para mantê-lo distante do ouro disputado; e que, depois de barrar o inimigo, não precisariam, a rigor, fazer mais nada, bastando *posição extática in loco* – isto é, postar-se no espaço conquistado, como caroço incontornável – para totalizar o destino da estratégia.

Obviamente, o cumprimento da missão principal radica nessa *permanência extática* – vale dizer, a intervenção política de um estacar-se *ad infinitum*, como cadeia gélida de baobás, e jamais arredar o pé da incrustação. “O Brasil pode quebrar, mas o ‘comunismo’ não nos ‘pega’ mais”, reza o despautério.

Corruptela às avessas da estratégia do *occupy* norte-americano, tal como contra-apropriado pela extrema direita e deslocado para as vísceras institucionais, a premissa do povoamento extático do Estado explicaria a paralisia institucional nas pastas da educação, da saúde pública, dos direitos humanos, do meio ambiente, da cultura e extensa fila. A inércia se

expressaria na incompetência governamental ostensiva (aspecto retomado adiante). A atuação do bolsonarismo durante a pandemia de Covid-19 teria escancarado o rombo.

Todas as condições empíricas dessa conjectura são fortes demais, emblemáticas demais, evidentes demais – e, por isso, dissuadem. São, na verdade, um engodo.

2.2. Ocupação Extática e Ruína do Estado de Bem-Estar Social

Para todas as dores da percepção *naif* e do tirocínio flácido, o Brasil, no que tange ao Estado federal e ao modelo majoritário de economia política, jamais padece de paralisia. A torpeza sinistra sempre teve causa; e marcha, Estado adentro, sociedade afora. A lógica paranoica da ocupação extática é extremamente medrada para, na velada estratégia de ataque, deixar de ser progressivamente expansiva.

Neoliberal, a ocupação extática tem tónus eminentemente arruinador. Desde 2016, grassam privatizações por demais indiscriminadas, cedendo riquezas e segurança nacionais ao apetite de lucro privado e ao arrepio de todas as vozes especializadas em contrário. A partir de 2018, a expansão militarista no aparelho de Estado recebe vento em popa. O desmantelamento da estrutura de políticas públicas de minoração de riscos e reparação de danos rende notícias recorrentes, com aplauso dos *media* corporativos e conservadores. Deslocamentos orçamentários bilionários desidratam investimentos em educação, saúde, pesquisa científica e inovação. Carreiam verbas prioritárias para as Forças Armadas, para segmentos policiais e para comunicação e propaganda. A recriação do Sistema Nacional de Informações se beneficia dessa toada. O horizonte é, no limite, a militarização, a “policialização” e a vigilância digital generalizadas da vida cotidiana.

Com o controle da mesa do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nas últimas eleições para a presidência de ambas as casas, a reforma administrativa em processo, por ora em papel rubro, somou macetes desregrados para otimizar ataques frontais às constelações de direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

O princípio extático, ao caucionar avanços multilaterais e típicos de regimes de exceção, conflui, como síntese de rota, para um beco *dejà vu*: a consolidação de políticas que

aprofundem a financeirização de todos os setores do capitalismo industrial e comercial brasileiro, desde os patamares sistêmicos mais formalizados e impessoais até as trocas sociais consuetudinárias da vida diária.

O absurdo sufragado depena, assim – de forma dramática e patética –, o horizonte de um Estado de bem-estar social que o Brasil sequer viu consolidar-se em metade de chão de suas principais cidades.

A implosão ecoa o fulcro e a escala das tendências: os poucos anos de expressão atabalhoada e indiscriminada do bolsonarismo – em todas as suas segmentações (civil, militar, policial e miliciana) e atuações (nos parlamentos, foros judiciários, *media* e ruas), mostram, pelo conjunto antecipado da obra, o quanto se trata de um movimento político e social de corrupção antirrepublicana, para além de qualquer erosão antidemocrática evidente. Mais amplamente, ele ambienta a grosseria nos agouros de sua linhagem: inscrevem-se, nela, sabotagem antiocidental e barbarismo anticientífico.

Como emblema inconfundível, o “edifício” socioinstitucional resultante – aquilo que a derrocada paradoxalmente lega – redundando na total insensibilidade política e administrativa que assiste, sob sombras serenas, a um vultuoso genocídio pandêmico sem se apressar quanto a medidas de reversão exigidas.

Arma-se, assim – em síntese –, a necropolítica neofascista do bolsonarismo⁶, com extenso capacho verde para o neoliberalismo e seu preceito de Estado enxuto, desertado das necessidades mais elementares da população desfavorecida – um modelo mortuário de país apequenado para si mesmo e no cenário internacional.

2.3. Lógica Dromocrática do Êxtase Paranoico

Um magma explicativo mais profundo sobre essa ruína não deixaria de sinalizar raízes de inspiração. A expressão *êxtase paranoico* constitui, como lupa crítica, metáfora evocativa de Baudrillard (1987, 1989). Bastará, no entanto, registrar aqui que, para o filósofo pós-

⁶ A menção à necropolítica e a suas relações umbilicais com o neofascismo e com o bolsonarismo no presente estudo subordina-se a argumentação assentada por Mbembe (2014, 2018) e Trivinho (2020).

estruturalista francês, a figura do êxtase, abordada num contexto de discussão sobre o fenômeno da comunicação eletrônica em tempo real (de massa e digital), se referia a uma condição social-histórica paradoxal em que a hiperprodução sígnica dos *media* (opiniões, notícias, imagens, informações, dados etc., em espiral diária) combina integralmente com a dialética zero de uma ordem social caótico-fragmentária, autoesgotante no momento histórico em que se realiza e, por isso, desprovida de rumos teleológicos (de metas finalísticas), em termos civilizatórios – uma “hipertelia” macroestrutural, fundada na ausência de direção, além da de sentido), na criadora arte epistêmica de Baudrillard (1976, 1983).

Guardadas as proporções, a evocação desse reescalonamento, quando revisado e deslocado para a banalidade caricata do perímetro político convencional brasileiro, mostra, por sua vez, que o êxtase paranoico da extrema direita é, para lembrar também Virilio (1977, 1995), regido por uma lógica dromocrática oclusa (de *dromos*, elemento mórfico grego ligado ao princípio da rapidez). Esse pressuposto sinaliza o quanto o neofascismo encontrou, por assim dizer, a *velocidade clandestina* com aparência de lentidão – e agora essa necropolítica se deleita com o brinquedo, avidamente deslumbrada com a utilidade institucional e social da violência imanente a ele. A velocidade – frise-se – acompanhou o higienismo fascista europeu na primeira metade do século XX. O golpe clássico de Estado na Alemanha, em 1933, seguiu a escola política da aceleração. A “solução final” das câmaras de gás e dos crematórios, baseada no modelo da linha de montagem fordista (exemplo de aceleração produtiva no âmbito automotivo a partir do início da década de 1910), foi igualmente emblemática dessa vocação dromocrática, repercutida no apressamento histórico de resultados, no menor tempo possível. A escala da expansão esperada obedecia ao princípio militar da urgência estratégica. O produtivismo necropolítico dependia da racionalização dromocrática da matança. O III Reich vigorou como fordismo funerário na política de Estado. As núpcias atuais do fascismo com o neoliberalismo e com a tolerância cínica em relação a processos republicanos de sufrágio universal permitem que o objetivo principal continue essencialmente o mesmo, com variação de métodos.

Em função da hibridação dos dois fatores estruturais – velocidade clandestina e hipertelia diversionista –, o caráter dromocrático do êxtase paranoico alcança esta aparente

aporia: seu movimento endogênico se esgota na rota traiçoeira de uma decadência antiocidental que, ao fim e ao cabo, tende a se voltar contra a própria rusticidade da extrema direita, desidratando progressivamente sua base de apoio, ao saturar abismos sociais alargados e insuportáveis, no rastro neoliberal de sua completa inépcia. A aporia deixa, no caso, franja felina exposta: a ausência de *telos* civilizatório não deixa de ser uma forma de rumo – totalmente doidivas, por certo, com leme quebrado e timão sem condutor, mas, ainda assim, um modo de ir para algum lugar, “incerto e não sabido” (para empregar a bússola oxidada de uma expressão legal).

Em paralelo dialético, o caráter estatal e ocluso dessa *dromocracia extática* pode ser apreendido com uma alegoria terrestre: bufonarias cavaleares em vitrine dissuasiva apagam da percepção pública progressos de cavalaria enfeixados nas vísceras do oficialato. A invisibilidade pragmática e operacional da destruição endógena serpenteia *sob* visibilidade mediática *partout*. Em sentido reverso: por estratégia calculada, a paranoia do comunismo imaginário faz a *dromoaptidão endógena, corrosiva e opaca* do governo federal protuberar em manifestações contínuas de aparente *dromoinaptidão* na visibilidade multimidiática (Trivinho, 2007, 2016).

O procedimento não soa bélico; ele o é, em essência: o reino da aparência e do artifício concede cobertura ao sucesso do serviço.

2.4. A Estratégia do Golpe Permanente

A Limpeza Étnica Heterodoxa

O arruinamento dromocrático típico do êxtase extremista não (re)explicita senão, em outras palavras, o que tem sido demonstrado por várias vezes, em vários lugares: o perfil e o modo de processamento do golpe de Estado mudaram significativamente, mantendo-se, em essência, a sua intencionalidade e suas metas.

Com a passagem da sociedade de massa para a de segmentações consumidoras (hoje rearticuladas em espaços de atuação digital), a história da política institucionalizada no século XXI descartou (ao menos, temporariamente) o golpe como cena brutal *tout court*, como ato anunciado ou intempestivo (com começo e fim, em poucas horas ou dias) – enfim, o golpe

clássico. Esse foi, por exemplo, o perfil e o modo de processamento do fascismo originário, na primeira metade do século XX. O golpe de extrema direita atual, na mesma esteira – doravante neoliberal –, extrai, primeiro, sua legitimidade de sufrágios universais para, depois, exercer, em série infindável de tentativas e recuos, esgarçamentos constitucionais e operar, por dentro, a corrosão das instituições. O infortúnio inclui debelar resistências, controlar todas as instâncias e, no percurso, realizar o plano previsto. Como o manual estratégico recomenda abertura prudente a elementos-surpresa, a pandemia de Covid-19 foi integrada como aliada osmótica. Camuflada em “ares de natureza”, ela contribui para o serviço sem supostamente distribuir ônus de mando direto, com rosto, nome e vontade apuráveis. Além de embaçar a culpa do governante, o estrategema realiza a hipóstase expandida do neoliberalismo de Estado: do âmbito institucional à vida cotidiana, o vírus enxuga rapidamente a população, no limite evolucionista da seleção dos mais aptos, com a vantagem de uma informalidade alegadamente insuspeita.

A estratégia do golpe neofascista faz jus à natureza do conceito de processo: acontecimento extensivo, realiza-se exclusivamente na longevidade do tempo. Em ângulo alternativo, essa estratégia de golpe se imiscuiu e se camuflou na normalidade democrática do ciclo eleitoral para se refugiar na *duração*, na perspectiva de prazo arrastado ou até infindo, a depender de país, contexto e caso. Os prazeres perversos na política nunca aderiram a parâmetros de coerência: o ideal da revolução permanente de Leon Trotsky foi apropriado, adulterado e perspectivado na direção da extrema direita – converteu-se na figura paradoxal do golpe permanente.

A partir do controle institucional interno, a estocada prevê fluxo de atentados multilaterais e sem fim: golpe contra o Estado social (comunista!), contra a Constituição Federal (comunista!), contra os direitos humanos (comunista!), contra direitos sociais conquistados – contra a sociedade inteira (excetuadas as camadas e categorias de esteio ao sinistro).

Do Estado às comunidades civis, esse é, pretensamente, o modo hipomediático – isto é, fora da visibilidade trivial do consórcio comunicacional majoritário (de massa e digital) – de desdobramento neoliberal da “limpeza étnica” atual, heterodoxa, lenta e silenciosa, que, com

efeito, também se estende, literalmente, como depredação sistemática da diversidade: arrasamento das culturas indígenas, negra e LGBTQIA+, com assassinatos recorrentes, sem apuração devida. O descalabro envolve agressão contínua ao não-alinhado e ao contradito: o estrangeiro de matiz ideológico diferente, as lideranças e militantes no campo, o jornalismo crítico, a jurisprudência independente, os periféricos e pobres por serem o que são, e assim por diante.

3. Estado de Exceção, Governança Dissuasiva e Abismo Identitário

3.1. Estado de emergência imaginário e Estado de exceção generalizado

Uma síntese de todos os argumentos anteriores expõe o arranjo fundamental dos fatos: o estado de emergência alucinatório da extrema direita tutela um estado de exceção real e mudo para a população inteira, especialmente a desfavorecida e segregada, que paga impostos (diretos ou a cada mercadoria e serviço adquirido) para sustentar um Estado hoje morada temporária de aterrorizados de araque, inclinados a uma arquitetura política fortemente destinada à devastação privatista da *res pública*.

Um magma mais profundo da questão prova, ainda, que todo fundamento contém matizes: a percepção dos fatos na linha sociopsicanalítica de Lacan (2008) e Žižek (2008) atesta que a marcha do êxtase paranoico – enfatize-se: Estado adentro, sociedade afora – é a configuração do poder que garante o gozo (simbólico) da extrema direita. Esse arranjo é – para calcá-lo – neofascismo.

3.2. Incompetência Ostensiva como Forma de Governança

Para todos os efeitos, entretanto, inexistente estado de exceção. Uma legitimidade geral – tudo se passa também assim – forra, indubitavelmente, o *status quo*. A naturalização do processo expurga da percepção comum a imagem de um regime republicano e democrático ameaçado.

Um aspecto de monta otimiza, ainda, a mencionada dissuasão discursiva na visibilidade multimidiática (a do movimento ocluso). O gozo político dessa ocupação paradoxal do Estado – extática, mas marchante – comparece, nessa visibilidade, como *incompetência ostensiva*.

Como o processo híbrido (de lâmina dupla e dúbia) soa tão esburacado, tão imperfeito – com uma imperícia amebiana já internacional –, é normal supor que não haja ação premeditada ou planejada. A escandalosa discrepância na vitrine multilateral escapa de ser detalhe crucial (embora não inteiramente novo) na buliçosa história das dinâmicas políticas desde a modernidade iluminista.

Exemplo mundial de *marketing* desastroso – “fogo amigo” do governo federal contra o próprio povo brasileiro (que, lembre-se, banca a máquina diariamente), a incompetência ostensiva, adornada por toda a bufonaria vexatória, constitui, sem culpa rubra, uma forma estratégico-mediática de governança, vale especificar, um modo imagético-programado de domínio do tecido institucional da sociedade. Do ponto de vista formal, esse contrassenso dissimulado – um oximoro militarizado – caracteriza o bolsonarismo como ideologia autoritária, em sua estratégia dissuasiva mais sutilizada.

3.3. Plutocracia e Aporofobia: *Apartheid* Sistêmico Normalizado

Esse aspecto político merece ênfase. A miragem da tal “ameaça comunista” costura o alibi necessário para que o delírio fidelize, pelo patamar de topo, a história do Brasil, na esteira dos estratos pós-coloniais plutocráticos. A supremacia das elites brancas e a proteção de seus privilégios impede que a alteridade, o estranho, a diferença – de berço, de identidade, de pele, de *status* e de culto – tenha os mesmos direitos.

O lema do comunismo imaginário serve ao *apartheid* sistêmico e profuso. Esse rechaço histórico e delinquente incorpora, por osmose, o racismo, a xenofobia, a homofobia, a misoginia e o feminicídio, entre outras formas de anti-interação degradantes. Todas cultuam a aporofobia: o descarte violento dos pobres visa preservar o que se instituiu como configuração “legítima” de relações sociais. A fiação ideológica consagra a coisificação normalizada do processo.

A ética sempre dispôs de boas razões para enquadrar na vileza histórica essa visão excludente da existência humana – como o Direito Penal o sugere, no plural (aqui em sentido *lato*): por motivos torpes. Fatores de conveniência, que o corporativismo de matilha preferiu cegados, suspenderam do escopo da lei a tipificação desse crime lesa-humanidade.

3.4. Abismo Identitário como Força Produtiva

Vale, ainda, enfatizar um pormenor determinante. Caudatário do pós-colonialismo abastado, o delírio do comunismo imaginário acoberta, como metonímia sistêmica, a barganha de cabresto em prol de prerrogativas para as quais a quimera não deixa de jogar todos os dias. Há muito, as redes sociais, por sua vertente conservadora e reacionária, foram instrumentalizadas para galvanizar essa tendência, como se a espiral discursiva da alucinação fosse absolutamente necessária. Uma das motivações intencionais e ágrafas do delírio – por indecorosas e reprováveis que já o sejam – se destina a somente avivar, na constância histórica requerida, o abismo entre as principais faixas da pirâmide social: em matéria identitária, a preservação, em massa, dos pobres como pobres obviamente reproduz, na outra ponta, elites como elites, bem como o restante da hierarquia. O desvario do comunismo imaginário serve, como força produtiva, ao imaginário das iniquidades nacionais. Esse fundamento cauciona e azeita a distribuição de altas dignificações (sempre *a priori* excludentes) no estrato elitizado. Elas alimentam a reprodução do círculo vicioso das desigualdades (materiais e simbólicas).

3.5. Massas Pobres como Jazida Legitimatória

Na história brasileira e latino-americana, como em qualquer rincão hegemônico da cultura ocidental, massas pobres sempre serviram como jazida de legitimação identitária. A aporofobia como visão de mundo vigora como fonte obsessiva da qual se extraem justificativas políticas para a escovação da sociedade com braços direitos empunhados como armas de fogo, nem sempre à mostra.

Esse lastro alucinatório é o mesmo que valida a desvalorização do Estado como mediador de bem-estar social, com o consequente dismantelamento de políticas públicas de minimização de disparidades geradas pelo modelo selvagem de capitalismo tropical.

3.6. Corrosão Profunda e Diversionista do País

O estado de exceção forjado para deter os efeitos colaterais fictícios do comunismo imaginário e garantir a verticalidade acentuada das desigualdades sociais inflama ainda mais dissensões no imaginário político (já pleno de fissuras históricas internas) da população.

Há décadas, retroalimentado por certa filosofia de redes digitais a partir de Richmond, nos Estados Unidos, essa ideologia oca já se encontra em grau avançado de materialização social: apossou-se da subjetividade de massas (em âmbito civil e militar). Por antecipação, ela projeta, no percurso, longevidade inespecífica e consequências impremeditáveis, para além de quaisquer agrupamentos políticos que venham a participar da dança eleitoral de cadeiras da República.

Sob tais condições, o Brasil, sem rumo como nação, caminha para o precipício. A fábula do comunismo imaginário está carcomendo o Brasil – por dentro, explicita-se –, na torrente profunda de um divisionismo mais diversionista e confuso do que o seria se aquém das alfândegas exacerbadas do neofascismo. Entre outros limites relevantes, sua arquitetura ilusória veda à política convencional, disputativa de poderes de Estado, focar, com perseverança e sistematicidade, a erradicação da fome, da pobreza e do analfabetismo de milhões de pessoas (parte vultosa das quais sem sequer direitos de cidadania), o combate aos assassinatos de índios, negros e integrantes da comunidade LGBTQIA+, a expansão da saúde pública para todo território nacional, a universalização do saneamento básico, da iluminação pública e da coleta de lixo, e assim por diante – enfim, a conclusão esperada do ciclo de modernização básica e mais equitativa nas 5.568 cidades do país, o que agora inclui a urgente nacionalização da imunização antipandêmica.

3.7. A Paragem Definitiva

Dossiê **Audiovisualidades contemporâneas e interfaces sonoras** – <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 25, n. 1, 2022

DOI: 10.29146/ecops.v25i1.27727

Se a extrema direita bolsonarista não for destronada e/ou impedida o mais rápido possível em todos os escalões do Estado (federais, estaduais e municipais) – se não houver paragem definitiva, esta verdadeira e peremptória –, o progresso institucional de sua necropolítica neofascista arruinará, em menos de dez anos, a totalidade da riqueza humanitária que a luta pela igualdade, em seu insistente pendor histórico, conseguiu assentar na legislação, em reconhecimento à trajetória – empenhada com sangue – dos movimentos sociais em defesa dos direitos humanos, em todas as suas dimensões. A profundidade dos desdobramentos cedo atingirá a sociedade inteira, vitimando, primeiro, corpo e mente dos estratos mais vulneráveis. A perda vertiginosa (já em movimento) de pontuação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como de prestígio entre os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), será disso o termômetro mais seco, como um tiro.

Referências bibliográficas

ANDERS, Günter. *Die Antiquiertheit des Menschen: über die Seele im Zeitalter der zweiten industriellen Revolution*. 7. ed. Munique: Beck, v. 1, 1994.

ANDERS, Günter. *Die Antiquiertheit des Menschen: über die Zerstörung des Lebens im Zeitalter der dritten industriellen Revolution*. 4. ed. Munique: Beck, 1995.

BAUDELAIRE, Charles. *Paraísos artificiais: o ópio e o poema do haxixe*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. *L'échange symbolique et la mort*. Paris: Gallimard, 1976.

BAUDRILLARD, Jean. *Le P.C. ou les paradis artificiels du politique*. Fontenay-sous-Bois: Cahiers d'Utopie, 1978.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacres et simulations*. Paris: Galilée, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. *Les stratégies fatales*. Paris: B. Grasset, 1983.

BAUDRILLARD, Jean. *L'autre par lui même*. Paris: Galilée, 1987.

BAUDRILLARD, Jean. Asphyxie de la communication. *Comunicação&política*. São Paulo, Oito de Março, v. 9, n. 2, 3 e 4, p. 109-114, jun./dez. 1989.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. Madrid: Real Academia Española; Alfaguara, 2004 (Edición del IV centenario / Asociación de Academias de la Lengua Española).
- LACAN, Jacques. *De las psicosis paranoica en sus relaciones con la personalidad*. 4. ed. Coyoacán: Siglo Veintiuno, 1985.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 16: de um outro ao outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- MARTINS, Cristiano Zanin; MARTINS, Valeska Teixeira Zanin; VALIM, Rafael. *Lawfare: uma introdução*. São Paulo: Contracorrente, 2019.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Lisboa: Estampa, 1976.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. Rio de Janeiro: n.1, 2018.
- MOLIÈRE. *Le malade imaginaire*. Paris: CreateSpace, 2016.
- ROTTERDAM, Erasme de. *Éloge da la folie*. Paris: Librairie de Bibliophile, 1876. (Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64866521/f10.item#>. Acesso em: 18 jun. 2021).
- TRIVINHO, Eugênio. *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007. (Coleção Comunicação).
- TRIVINHO, Eugênio. *A explosão do cibernundo: velocidade, comunicação e (trans)política na civilização tecnológica atual*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2016.
- TRIVINHO, Eugênio. *A cauda longa da grande peste: resposta à necropolítica neofascista: comunicação, política e ética em tempos de ameaças espalhadas*. *A Terra é Redonda*, 07 abr. 2020. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/cauda-longa-da-grande-peste/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=cauda-longa-da-grande-peste. Acesso em: 29 abr. 2021.
- VIRILIO, Paul. *Vitesse et politique*. Paris: Galilée, 1977.
- VIRILIO, Paul. *La vitesse de libération*. Paris: Galilée, 1995.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real!* Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003. (Coleção Estado de Sítio).
- ŽIŽEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. Tradução de Maria Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.

Eugênio Trivinho

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGCOS/PUC-SP). Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), é Pesquisador do CNPq (Bolsa de Produtividade) e Coordenador Geral do CENCIB - Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Ciberultura da PUC-SP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8764-3700>

Email: eugeniotrivinho@uol.com.br